

2 Outono sindical: ações na construção e reivindicações salariais

3 Direito de migração: combater a pobreza, não os pobres!

4 Seguro de saúde: o que fazer contra o aumento dos prémios

Nr. 6 | Outubro 2022 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Jornada dos grupos de interesses: «Sem migrantes não há democracia plena»

Fortalecer os direitos políticos já!



Os quatro grupos de interesses do Unia defendem a participação democrática de todos

Reforço dos direitos civis, participação democrática, independentemente do passaporte de cada um, luta contra a discriminação: estes foram os temas da jornada dos grupos de interesses do Unia, realizada no sábado, 24 de setembro de 2022. Os cerca de cem participantes aprovaram uma resolução que exige mais direitos políticos para migrantes.

Marie Saulnier Bloch e Hilmi Gashi

Sabemos muito bem que, no total, os migrantes contribuem mais para a segurança social do que aquilo que recebem. Sabemos que os migrantes contribuem de forma significativa para o sucesso económico, cultural e social do país. Apesar disso, eles não podem participar das decisões políticas, o que é uma séria limitação dos seus direitos. E as leis estão tornando-se cada vez mais restritivas. Pessoas sem passaporte suíço podem ser deportadas por causa de delitos pequenos. Ou a autorização de residência permanente C pode ser retrogradada (i.e. retirada e substituída por uma B), simplesmente porque a pessoa estrangeira está numa situação de necessidade e recebe ajuda social. Em caso de votações sobre leis, por exemplo, de direito laboral, segurança social, direito penal, proteção climática, etc., os migrantes não são consultados e não podem participar nas decisões, embora essas leis também os afetem e tenham impacto nas suas vidas.

O exemplo mais recente foi a votação no dia 25 de setembro, realizada um dia após a jornada dos grupos de interesses. Embora o aumento da idade de reforma para as mulheres afete todos no país, os migrantes sem passaporte suíço, que perfazem um quarto dos habitantes da Suíça, não puderam dizer sim ou não. Assim aconteceu com as mulheres há 51 anos, quando houve a votação histórica sobre o direito de voto das mulheres. Na altura, elas também não podiam votar e participar das eleições.

Limitar os direitos dos migrantes prejudica a democracia, porque uma parte da população é excluída. Esta situação é inaceitável, de acordo com a forte mensagem, unânime e solidária, dos quatro grupos de interesses do Unia, migração, jovens, mulheres e reformados.

Palestras que mobilizam

No seu discurso introdutório, a presidente do Unia, Vania Allewa mostrou

claramente como a representatividade, no nosso sindicato, de sócios sem passaporte suíço – que constituem a maioria em todos os setores – é importante. Na campanha contra a reforma AHS-AVS 21, faltaram poucos votos para a vitória: o que teria acontecido se realmente todos os cidadãos afetados tivessem podido votar? Vários oradores destacaram temas como a discriminação múltipla, a naturalização e a migração como motor da igualdade. A estas palestras seguiram-se discussões em grupos.

Uma forte resolução

Após as discussões nos grupos e em plenário, os participantes aprovaram unanimemente uma resolução pedindo medidas concretas pela igualdade:

- O direito à naturalização para as gerações nascidas na Suíça
- O direito à naturalização após 4 anos de residência, sem entraves burocráticos e financeiros
- Direito de votar e ser eleito a nível

municipal e cantonal para todos os habitantes da Suíça

Direitos civis são direito fundamental

A participação nas decisões políticas é um direito fundamental que tem de ser finalmente reconhecido. Direitos civis são um direito, não um privilégio. O sindicato Unia é a maior organização de migrantes da Suíça e defende a igualdade de oportunidades, o direito de participação política e a segurança de estadia para os seus membros sem passaporte suíço – a nível político, no mundo do trabalho e na sociedade. Podemos nos orgulhar por os grupos de interesses do Unia, em face de políticas de direita cada vez mais conservadoras e reacionárias, terem aprovado uma resolução que clama especificamente por direitos iguais para todos. Juntos somos fortes!

Editorial



Estimadas e estimados colegas,

Agora é claro: os prémios do seguro de saúde subirão em média 6.6% no próximo ano. A conta da eletricidade também deve subir significativamente, o que levará a mais aumentos de preços. Temos atualmente uma inflação de 3,5%. Isto preocupa muitas pessoas – sobretudo trabalhadores com salários baixos e muitos pensionistas –, que se perguntam como é que vão conseguir fazer face às despesas. Por isso, são necessárias medidas urgentes para amortecer as consequências do aumento do custo de vida.

Muitas pessoas pensam que, se o dinheiro não chegar, podem pelo menos pedir ajuda social. Isto é verdade, mas só em parte: quem não tem nacionalidade suíça arrisca-se a perder a autorização de estadia se receber ajuda social. Isto leva muitas pessoas a se endividarem: porque têm medo de perder a autorização de estadia, não requerem ajuda social, antes pedem dinheiro emprestado a conhecidos ou institutos financeiros duvidosos. Também para isto se tem de encontrar uma solução, porque «a pobreza não é um crime!»

No dia 25.9.2022: 50,6% dos votantes manifestaram-se a favor do aumento da idade de reforma das mulheres para 65 anos, aceitando assim a reforma do seguro AHV-AVS à custa das mulheres. O «sim» ganhou por uma margem muito estreita. A Suíça francófona, o Ticino e a maioria das mulheres disseram claramente «não» ao AHV-AVS 21. Mas estes votos não chegaram. No entanto, a margem estreita obriga os políticos da direita a cumprirem a sua palavra e na revisão do sistema de caixas de pensões, que está a decorrer, contribuirão para a criação de boas soluções para as pensões baixas das mulheres, dos trabalhadores a tempo parcial, bem como dos trabalhadores com salários baixos. A luta por melhores salários e pensões contínua!

Montaña Martín

Notícias breves

Novartis: O processo de consulta do pessoal é uma farsa

Novartis triplicou em 2021 os seus lucros líquidos, chegando a 24 mil milhões de francos. Uma parte da subida dos lucros explica-se pela recompra de ações de Roche. Mas mesmo sem este lucro extra, a multinacional tem lucros na ordem dos milhares de milhões de francos. Apesar disso, quer eliminar 1400 postos de trabalho na Suíça. A multinacional informou este ano que queria poupar 1,5 mil milhões de francos através da eliminação de postos de trabalho. Isto deve ser conseguido através da fusão das áreas de farmácia e oncologia. A nível global, a empresa quer eliminar 8000 postos de trabalho. Apesar disso, a gerência recusa-se a negociar com os sindicatos. Só quer negociar com a comissão de pessoal, que não pode fazer pressão sobre a empresa. Assim, o processo de consulta do pessoal é uma farsa. Os sindicatos exigem um verdadeiro processo de consulta para que possam ser procuradas alternativas ao despedimento de pessoal.

Hotelaria e restauração: Salários mínimos sobem em até 188 francos

Os salários mínimos na hotelaria e restauração para 2023 já são conhecidos. O Unia conseguiu negociar para os salários mínimos aumentos que compensem a inflação. Esta é uma medida importante para fazer à inflação elevada. Além disso, os salários mínimos serão aumentados em até 40 francos. Os novos salários mínimos entram no dia 1 de janeiro em vigor em toda a Suíça (com exceção dos cantões onde os salários mínimos cantonais são mais altos). A hotelaria e restauração dá assim um importante sinal em face da inflação anormalmente elevada. Sobretudo em ramos com níveis salariais baixos, é decisivo que a inflação seja compensada para que os trabalhadores não tenham menos dinheiro no final do mês.

Dia 26 de novembro: grande ação do ramo de enfermagem. Parar o êxodo do ramo!

Há quase um ano, os votantes suíços aprovaram com vasta maioria a iniciativa por melhores condições no ramo de enfermagem. Isto para garantir bons serviços de enfermagem. Apesar desta decisão do povo, a situação não mudou e mais de 300 enfermeiros deixam todos os meses a profissão. Enquanto a federação e os cantões se acusam mutuamente de serem os responsáveis, a crise dos serviços de saúde agrava-se. Nos serviços de cuidados continuados, as necessidades para os cuidados de idosos e serviços de enfermagem vai aumentar em 56% até 2040. Para garantir estes cuidados, é necessário o pessoal correspondente. Também nos hospitais a situação é precária: postos de trabalho por preencher e camas vazias são parte do dia a dia. Com uma ação no dia 26 de novembro às 14h30 na Praça Federal, em Berna, os trabalhadores do ramo vão exigir da política medidas imediatas adequadas para parar o êxodo da profissão.

Sindicatos europeus exigem em Estrasburgo: Aumentar os salários, taxar os lucros!

Para os trabalhadores na Europa é cada vez mais difícil fazer face às despesas. Por isso, os sindicatos europeus protestaram no dia 5 de outubro em frente do Parlamento Europeu em Estrasburgo contra a crise provocada pela inflação. Esta é mais dura para trabalhadores com salários baixos e para pessoas vulneráveis. É, por isso, preciso aliviar a sobrecarga destas pessoas. A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e várias confederações sindicais europeias, entre elas a União de Sindicatos Suíços, condenaram a especulação que leva à inflação e exigiram que a União Europeia e os governos nacionais tomem medidas para aliviar a carga dos trabalhadores. Exigiram, entre outras medidas, aumentos salariais que compensem a inflação, salários mínimos mais elevados, bem como plafonamento dos preços da energia.

Negociações salariais e mobilização na construção civil**Outono de reivindicações sindicais**

O outono será quente em termos de política sindical: estão a decorrer negociações para aumentos salariais em vários ramos. Além disso, na construção civil estão em curso mobilizações para a renovação de um CNT que garanta mais proteção aos trabalhadores.

Hilmi Gashi

A taxa de inflação é atualmente de 3,5%. Depois dos preços da energia, haverá também uma subida acentuada dos prémios do seguro de saúde. A subida de preços sobrecarrega principalmente os trabalhadores com salários baixos. Muitos deles não têm um pé-de-meia e questionam-se como irão fazer face às despesas. A situação económica ainda é muito boa para as empresas, por isso são possíveis e necessários aumentos salariais reais. Os sindicatos reivindicam aumentos salariais gerais de 4 a 5%, não só para compensar a inflação, mas também para aumentar efetivamente os salários para todos.

«Estamos dispostos a lutar até ao fim!»

O Contrato Nacional de Trabalho do setor da construção civil (CNT) é um dos mais importantes contratos coletivos de trabalho na Suíça e regula as condições de trabalho e os salários de 80 000 trabalhadores do setor. Mesmo depois de 5 das 7 rondas de negociações previstas, parece remota a possibilidade de um acordo. O setor da

construção civil está em plena expansão há anos, a pressão aumenta e os trabalhadores exigem finalmente mais proteção de saúde, o fim do tempo de deslocação não remunerado e um aumento salarial justo para todos. E os construtores civis? Exatamente o contrário. Exigem horas de trabalho não planeadas e trabalho à chamada, dias de trabalho ainda mais longos e outras deteriorações.

Os trabalhadores da construção civil lutam pelos seus direitos e contra as ideias radicais dos construtores. Numa entrevista ao jornal «20 Minuten» aquando da manifestação da construção em junho, Xhafer Sejdiu, trabalhador da construção civil, deixou claro: «Estamos dispostos a lutar até ao fim!»

Todavia, até à data, a Sociedade Suíça dos Empreiteiros da Construção Civil continua intransigente. Atualmente está a decorrer em toda a Suíça uma votação sobre a possibilidade de greve nas obras da construção civil. Estão previstos os primeiros dias de protesto. Se até à data os construtores ignoraram os sinais, vamos lembrar-lhes quem, na realidade, constrói a Suíça.



Os trabalhadores da construção estão dispostos a lutar por um bom CNT

Limpezas: uma profissão essencial para a sociedade**Aumentos salariais no ramo de limpezas**

Está tudo cada vez mais caro. Na hora de fazer compras, na hora de pagar a eletricidade, há vários meses que sentimos a subida dos preços. Além disso, os prémios do seguro de saúde serão ainda mais elevados em 2023. Portanto, são necessárias medidas para compensar os efeitos da inflação. Isto significa concretamente mais dinheiro para os trabalhadores.

Emine Sariaslan

O Unia negociou para 2023, para o ramo das limpezas na Suíça de língua alemã, uma compensação de 3% para os efeitos da inflação. Assim, o Unia evitou que a evolução salarial positiva dos últimos anos estagnasse por causa da inflação. Anteriormente já tinha sido acordado que, nos próximos anos, os salários aumentariam 2% de dois em dois anos.

Nada funciona sem as limpezas

Mais de 90 000 pessoas trabalham na limpeza de edifícios – 80% delas trabalham a tempo parcial. A maioria destes trabalhadores são mulheres e migrantes. O trabalho das limpezas é muito subestimado. Ele é fisicamente exigente, a pressão é elevada e, dependendo da área de trabalho, requer um vasto leque de conhecimentos e competências. Limpar um hospital é muito diferente de limpar um complexo de escritórios. A crise provocada pelo coronavírus mostrou como as limpezas são indispensáveis para a sociedade.

A limpeza tem de ser valorizada

Já conseguimos muito em termos de salários. Os contratos coletivos de trabalho

(CCT) definem as condições de trabalho dos trabalhadores. Desde a introdução do CCT para o ramo das limpezas na Suíça de língua alemã em 2004, os salários aumentaram 35%. Apesar disso, o trabalho das limpezas tem de ser mais valorizado. Gostaríamos de agradecer a todas as pessoas que trabalham nas limpezas pelo seu valioso trabalho.

Contrato colectivo de trabalho

Atualmente, existem três contratos coletivos de trabalho para o ramo profissional das

limpezas de edifícios que foram declarados de força obrigatória. A declaração de força obrigatória significa que todas as empresas de limpezas estão sujeitas ao CCT, mesmo que não sejam membros da associação patronal Allpura. Na prática, isso significa que o CCT funciona como uma lei. Para bons CCT precisamos de um sindicato forte. Um sindicato é forte quando tem muitos sócios e esses sócios se organizam com seu sindicato Unia. Porque só unidos somos fortes!



O ramo das limpezas é essencial e precisa de ser valorizado, também com melhores salários

Iniciativa parlamentar «A pobreza não é um crime»

Combater a pobreza, não os pobres!

No dia 21 de setembro, uma maioria do Conselho Federal votou a favor da iniciativa parlamentar «A pobreza não é um crime» da conselheira federal Samira Marti. A iniciativa pretende melhorar a situação jurídica dos migrantes afetados pela pobreza.

Marília Mendes

A pobreza pode afetar a todos. Numa situação de emergência, a constituição suíça garante o direito a apoio estatal. Mas se os migrantes fizerem uso desse direito e solicitarem ajuda social, podem perder o direito de estadia na Suíça.

Um caso

Foi esse o caso de «Sophie», documentado pelo Observatório do Direito de Asilo e Estrangeiros (SBAA). «Sophie» entrou na Suíça em 1984, vindo de um país da UE/EFTA. Foi-lhe concedida uma autorização de estadia e depois a autorização de residência permanente. Ela trabalhou durante vários anos, depois ficou doente e passou a receber uma reforma por invalidez. Mais tarde, a reforma por invalidez foi-lhe retirada e ela foi obrigada a solicitar ajuda social. Por essa razão, o serviço de migração ameaçou que isso teria consequências para o seu direito de estadia na Suíça.

Iniciativa parlamentar e aliança

O objetivo da iniciativa parlamentar é que pessoas como «Sophie» não tenham de temer perder o direito de estadia na Suíça. A iniciativa prevê que os migrantes que estejam na Suíça há mais de 10 anos não percam a autorização de estadia ou de permanência por receber ajuda social, a menos que tenham ocasionado ou prolon-



gado intencionalmente o facto de receberem ajuda social. Para apoiar a iniciativa, o PS, o Unia e a SBAA criaram uma aliança com o mesmo nome (<https://poverty-is-not-a-crime.ch/pt-pt/>). Cerca de 80 organizações aderiram à aliança e 17 000 pessoas assinaram a carta aberta ao parlamento.

O que vai acontecer de seguida?

Após a decisão do Conselho Federal, o Conselho de Estados analisará a iniciativa. Se o Conselho de Estados também estiver de acordo, as pessoas afetadas pela pobreza que dependem da ajuda social estarão mais seguras na Suíça.

Se ainda não o fez, assine agora a carta aberta (<https://poverty-is-not-a-crime.ch/pt-pt/>) e informe outras pessoas sobre ela. Poste essas informações:

- Post no Facebook (francês): <https://bit.ly/3emPq6p>
- Post no Instagram (alemão): <https://bit.ly/3ywfzJ>
- Post no Instagram (francês): <https://bit.ly/3SLi8NV>



Votação da AHV-AVS 21 e iniciativa sobre lucros do BNS

Melhores pensões AHV-AVS e igualdade salarial!

A proposta de reforma do seguro de velhice e sobrevivência AHV-AVS 21 foi aceite no referendo de 25 de setembro por uma pequena maioria de 50,6% dos votantes. 55,1% dos eleitores aprovaram também o aumento associado do IVA.

Osman Osmani

Com a aprovação da AHV-AVS 21, a idade de reforma das mulheres passará de 64 para 65 anos. Isto é uma afronta para as mulheres. Embora continuem a ter salários e reformas muito inferiores às dos homens, têm agora de trabalhar mais um ano. O Unia exige que a igualdade salarial seja finalmente implementada. Além disso, as reformas do AHV-AVS, que são muito baixas, têm de ser aumentadas.

O debate sobre o sistema de reformas na Suíça continua a ser um grande desafio para a sociedade. A revisão do

AHV-AVS foi apenas um primeiro passo. O próximo será uma reforma da previdência profissional, isto é, relacionada com as caixas de pensões.

O que acontece após a aceitação da AHV-AVS 21?

As alterações, que foram votadas em 25 de setembro de 2022, entrarão provavelmente em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024. Até lá, a lei existente continuará a vigorar, inclusive a idade de reforma das mulheres aos 64 anos.



Reformas: vítimas de juros negativos

A política de taxas de juros negativas do Banco Nacional Suíço (BNS) colocou as caixas de pensões sob enorme pressão. As reformas caíram drasticamente. Para muitos, o dinheiro já não chega para viver. Por isso, o AHV-AVS tem de ser fortalecido com os lucros do BNS. Todos beneficiam com isto.

Redistribuir milhares de milhões de forma justa

O Conselho Federal e o Parlamento querem aumentar rapidamente a idade de reforma e diminuir as pensões. Em vez de destruir o AHV-AVS, podemos fortalecer as finanças do AHV-AVS com a iniciativa BNS - e parar com o desmantelamento da segurança social.

Se tem direito de voto na Suíça, assine a iniciativa BNS: <https://snb-initiative.ch/>

Os milhares de milhões do BNS para fortalecer as reformas

O BNS acumula milhares de milhões em lucros. Esse dinheiro tem de voltar para as pessoas. A «Iniciativa BNS» dos sindicatos quer que parte dos lucros vá para o AHV-AVS. A repartição dos lucros do BNS com o nosso seguro social mais importante, o seguro de velhice e sobrevivência, fortalece a providência na velhice sem sobrecarregar as carteiras dos trabalhadores. E muito importante: a atual participação dos cantões nos lucros do BNS continua garantida.

Entrevista



Direito a uma correta aplicação das leis

Além de aconselhamento em matéria de direito do trabalho e de segurança social, o Unia apoia os seus sócios em caso de problemas relacionados com o direito de migração. É um tema importante para muitos sócios. Também no Valais, onde há com frequência problemas com os serviços de migração. Horizonte conversou sobre o assunto com Ângela Tavares, secretária pela migração do Unia no Valais.

Ângela, com que questões é que os sócios migrantes do Unia se te dirigem?

Muitos migrantes necessitam do nosso apoio, porque se sentem impotentes perante as autoridades. Os serviços comunais são o primeiro ponto de contacto em matéria de migração. Mas estes, em vez de ajudar, complicam. Por exemplo, para requerer uma autorização de estadia, os cidadãos da UE, em conformidade com o Acordo de Livre Circulação de Pessoas (ALCP), só têm de apresentar um documento de identificação e um contrato de trabalho. Foi assim que funcionou durante muito tempo. Agora, o serviço de migração do Valais exige uma declaração sobre uma eventual dependência da ajuda social, um certificado de registo criminal e uma certidão de execução de dívidas. Isto não está em conformidade com o ALCP. Mas, face ao poder das autoridades, muitas pessoas têm medo de reivindicar os seus direitos. Nós do Unia acompanhamos as pessoas até aos serviços comunais ou telefonamos para as repartições. É importante que os direitos sejam respeitados e nós empenhamo-nos por isso.

Tens outros exemplos?

Tenho vários. Um problema recorrente são as dificuldades com o reagrupamento familiar. O serviço de migração insiste em repetir a mesma decisão errada. Embora nós já tenhamos ganho casos semelhantes para os nossos sócios, eles parecem não querer aprender. Outro problema são as autorizações de estadia de curta duração L. No Alto Valais, há muitas pessoas com autorizações L há 10, 15 anos... Estes trabalhadores gostariam de ter uma autorização de estadia que lhes desse mais estabilidade, por exemplo quando querem alugar um apartamento ou comprar um carro. Isto seria o normal. Mas com a autorização L a integração numa vida «normal» é mais difícil.

Em setembro, o acesso ao serviço de migração esteve limitado. Porquê?

Demasiados casos pendentes. Há anos que observamos como os migrantes têm de esperar meses, até mais de um ano, pela autorização que requereram. Acontece frequentemente as autorizações L serem concedidas depois de já terem caducado. Mas ainda assim as pessoas são obrigadas a pagá-las... Isto dificulta muito a vida às pessoas, por exemplo, se querem alugar um apartamento ou abrir uma conta bancária. As autoridades não conseguiram, portanto, dar resposta ao número de processos pendentes. No início fiquei positivamente surpreendida: parecia que o problema tinha sido reconhecido e medidas tomadas, mas agora tenho dúvidas se alguma coisa vai mudar. Até agora, várias pessoas me informaram que continuam há muitos meses à espera da autorização de estadia.

Porque é que houve tantos casos pendentes?

Os processos são mais complicados do que dantes. Se são solicitados muitos documentos, se muitos dossiers são devolvidos por alegadamente estarem incompletos, etc., então tudo se torna mais lento. Muitas vezes não há base jurídica para o procedimento: vezes sem conta são tomadas decisões que contradizem as leis ou a jurisprudência. Isto significa que tanto os migrantes como os serviços perdem tempo com trâmites desnecessários. O Unia exige, por isso, uma aplicação correta das leis e de acordos internacionais, de forma a que os direitos dos migrantes sejam garantidos. As pessoas migrantes desejam serviços públicos que os tratem com humanidade e respeito. Essa deveria ser a base de qualquer serviço público.

Que conselhos dás às pessoas afetadas?

Se têm a impressão de que algo está errado, devem contactar-nos. Podemos ajudar diretamente ou dizer-lhes onde obter ajuda. Por vezes, é suficiente um telefonema nosso para desbloquear a situação. É importante que os migrantes se informem sobre os seus direitos. E, muito importante: nunca ignorar uma carta oficial ou outras formas de comunicação das autoridades. É fundamental respeitar os prazos. Caso contrário, não é possível fazer valer os seus direitos.

Marília Mendes

Pergunte, que nós respondemos

Acidente de trabalho: Tenho de pagar pelos danos?

Trabalhei vários anos como motorista numa empresa de transportes. Há doze meses causei um acidente. Na altura, o meu chefe informou-me por escrito de que eu teria de arcar com parte do prejuízo assim que o valor estivesse determinado. Agora fui despedido. Continuei a receber o meu salário normal durante o período de pré-aviso. Há poucos dias recebi uma carta exigindo que pagasse CHF 1500 pelos danos do acidente. Tenho de pagar esta conta?

Regula Dick: Não. De acordo com decisões do Tribunal Federal Suíço, o empregador tem de descontar o prejuízo do salário, o mais tardar no momento do pagamento do último salário, ou tem pelo menos de fazer uma reserva de ressarcimento. Se ele não fizer isso, pode-se presumir de boa fé que o empregador renunciou ao pedido.

(Work, 2.9.22)

Trabalho em tempo parcial: O que é permitido aos jovens?

O meu filho de 14 anos quer comprar um vídeo game caro. Para isso, ele quer juntar dinheiro distribuindo jornais de bicicleta todas as manhãs, antes do início das aulas. Em princípio, acho positivo que ele tenha um objetivo e ganhe primeiras experiências profissionais. Mas não sei se isto é permitido na idade dele. O que diz a lei?



Antes dos 15 anos, os jovens só podem realizar trabalhos leves, como cortar a relva (FOTO: IMAGO)

Regula Dick: No caso do seu filho, aplica-se a Lei Laboral com os seus regulamentos de proteção da juventude. De acordo com a Lei Laboral, os jovens não podem ser empregados antes de completarem 15 anos. No entanto, existem exceções: a partir dos 13 anos, os jovens podem fazer trabalhos leves. Isto significa pequenas tarefas e trabalhos de férias ou curtas aprendizagens à experiência para conhecerem a formação profissional. Estas atividades não podem prejudicar a saúde dos jovens, a sua segurança ou o seu desenvolvimento pessoal ou escolar. Durante o período de aulas, pode-se trabalhar um máximo de 3 horas por dia e 9 horas por semana. Durante as férias escolares, o trabalho é permitido durante metade do período de férias e por um máximo de 8 horas por dia e 40 horas por semana. Os jovens só podem trabalhar entre as 6h e as 18h.

Na minha opinião, o trabalho que o seu filho gostaria de realizar durante o período escolar não pode ser considerado como uma tarefa leve. A quantidade e a frequência são muito altas. É de temer que ele não tenha tempo para recuperar e que o seu desenvolvimento escolar seja prejudicado. As horas de trabalho semanais permitidas também podem ser excedidas. Portanto, o seu filho tem de procurar um trabalho mais leve. Cortar a relva uma vez por semana, cuidar de crianças ou até mesmo entregar jornais, por exemplo, aos sábados de manhã, seriam trabalhos adequados.

(Work, 2.9.22)

Maternidade: Quem tem direito ao abono de família?

Depois de tornar-me mãe e deixar de trabalhar por um ano, voltei há algumas semanas a trabalhar na minha profissão. Porém, trabalho noutro cantão. O meu marido, por seu lado, trabalha no nosso cantão de residência. Agora que estamos ambos a trabalhar, mas em dois cantões diferentes, perguntamo-nos se ambos temos direito a abono de família e se este é pago duas vezes?

Marina Wyss: Não, de acordo com a Lei do Abono de Família, este só pode ser pago uma única vez por cada filho. A senhora e o seu marido cumprem ambos os requisitos para receber abono de família porque estão numa relação laboral remunerada. Nesses casos, a lei estabeleceu uma hierarquia: Se ambos os pais trabalham e moram com a criança, a pessoa que trabalha no cantão de residência da criança tem prioridade. Neste caso, seria o seu marido.

Porém é um facto que nem todos os cantões pagam a mesma quantia de abono de família. Pode acontecer que no cantão em que a senhora trabalha, o abono de família seja mais alto. Se for este o caso, a senhora tem direito à diferença. Em caso de dúvidas, contacte com as caixas de compensação da segurança social ou com o Unia.

(Work, 16.9.22)

Aumento dos prémios do seguro de saúde em 2023

Poupe nos prémios – agora mais do que nunca!

Consoante a região e a caixa do seguro de saúde, os segurados serão mais ou menos afetados pelo aumento dos prémios em 2023. Em qualquer caso, o seu prémio também deve aumentar. A não ser que tire partido das possibilidades de poupança que existem.

Martin Jakob, jornal work, 30 de setembro de 2022 (adaptado)

Como posso saber quanto é que o prémio do meu seguro de saúde vai aumentar?

A sua caixa de saúde tem de o informar o mais tardar até final de outubro deste ano sobre o seu prémio para 2023. Compare o seu prémio com os de outras caixas em www.priminfo.ch. Com esta calculadora, pode comparar os prémios de toda a família para o próximo ano com os prémios das caixas de saúde que operam na sua região.

Posso poupar nos prémios independentemente da caixa de saúde?

Sim, pode escolher uma das modalidades de poupança e poupar entre 10 e 20%. Em contrapartida, terá de aceitar o facto de não ter livre escolha de médico. Na modalidade de médico de família, aceita consultar primeiro o seu médico de família para cada novo caso. O seu médico decide depois se o deve encaminhar para um especialista. A modalidade HMO funciona de forma semelhante: nesta, designa um centro médico e cada novo tratamento começa com uma consulta nesse centro médico. Na modalidade Telmed, o primeiro contacto em matéria de saúde é feito através de uma linha telefónica. No entanto, qualquer destas modalidades permite que se dirija diretamente às urgências em caso de uma emergência. Além disso, os rastreios ginecológicos e as consultas oftalmológicas estão isentos da obrigação de consulta prévia.

Devo aumentar a franquia para reduzir ainda mais o prémio?

Se for jovem e saudável, esta é uma opção. Se aumentar a franquia (a retenção anual) do mínimo legal de 300 francos para o máximo de 2500 francos, o prémio anual será reduzido em cerca de 1500 francos. Mas os seus custos só baixarão nesse valor se nunca precisar de tratamento médico! Dependendo do estado de saúde, pode decidir todos os anos e para cada membro da família individualmente o valor da franquia para o ano seguinte.



Se eu tiver direito a redução do prémio, vale a pena mudar de caixa de saúde?

Sim. Porque a redução a que tem direito é independente do prémio que efetivamente paga. Por conseguinte, quanto mais barato for o seguro de saúde que escolher, mais baixo será o montante que terá de ser pago por si.

As caixas mais caras são as melhores?

Não em termos das prestações do seguro básico de saúde. Porque o catálogo de prestações do seguro básico obrigatório estipula exactamente que tratamentos e medicamentos têm de ser cobertos pelo seguro.

Se eu quiser mudar de caixa de saúde, tenho de me submeter a um exame do médico de confiança da nova caixa?

Não. Todas as caixas de saúde têm de o aceitar incondicionalmente no seguro básico obrigatório. Mesmo que tenha problemas de saúde, pode mudar de caixa todos os anos. A situação é outra com o seguro complementar (ver informações em caixa).

Como é que posso alterar a minha caixa do seguro de saúde, a franquia ou a modalidade de tratamento? E quais são os prazos?

Se quiser mudar de caixa de saúde, deve rescindir por escrito o contrato com a caixa atual, de preferência por carta registada. A título de precaução, envie a carta o mais tardar até ao dia 20 de novembro (formulário: rebrand.ly/kkkuendigen). Ao mesmo tempo, inscreva-se na nova caixa (formulário: rebrand.ly/kkanmeldung).

Se quiser permanecer na sua atual caixa de saúde, mas reduzir a franquia para 2023, tem de informar a caixa dessa alteração, o mais tardar, até 30 de novembro. Em contrapartida, pode esperar até 31 de dezembro para aumentar a franquia. A mudança para uma modalidade com escolha limitada de médico pode ser feita em qualquer altura.

Cuidado ao mudar de seguro complementar

O seguro complementar não está vinculado à Lei Federal relativa ao Seguro de Saúde (KVG-LAMal), mas sim ao direito dos seguros privados. É importante saber:

- pode ter um seguro complementar numa caixa de saúde diferente da caixa do seguro básico de saúde. Mas não é prático.
- verifique os prazos de rescisão na sua apólice.
- peça sempre várias ofertas e compare-as com cuidado.
- tenha cuidado ao cancelar o seu seguro complementar atual: se sofreu um acidente ou teve uma doença prolongada, a nova caixa pode recusar-se a aceitá-lo. A sua caixa anterior não tem de o aceitar se já tiver rescindido o seguro. No pior dos casos, ficará sem o seguro complementar pretendido. Mais sobre o tema: rebrand.ly/zusatzversicherung.